

Medidas legais de 11 de abril de 2023

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
Decreto nº 11.488, de 10 de abril de 2023 Visualizar medida	“Altera o Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE)”. Explicação: entre outros, promove alterações na composição do Conselho, que passa a contar com a participação (I) do Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que o presidirá; e dos Secretários-Executivos dos seguintes órgãos (II) MDIC, que exercerá a suplência da presidência; (III) CC/PR; (IV) MF; (V) MIDR; (VI) MMA; (VII) MPO; (VIII) MPOR; e (IX) MT. Aa medida autoriza, ainda, o convite para acompanhar ou participar de suas reuniões, <u>sem direito a voto</u>, representantes de órgãos e de entidades da administração pública federal; dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e profissionais com notório saber sobre o tema. Ademais, confere competência ao presidente do Conselho, nas hipóteses de relevância e urgência, praticar os seguintes atos <i>ad referendum</i>: (i) analisar as propostas de criação de ZPEs e submetê-las à decisão do Presidente da República, acompanhadas de parecer conclusivo; (ii) traçar a orientação superior da política das ZPEs; (iii) autorizar a instalação de empresas em ZPEs; (iv) fixar, em 20 anos, o prazo de vigência do regime de que trata a Lei nº 11.508/2007 (<i>regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação</i>), para empresa autorizada a operar em ZPE; (v) prorrogar, por períodos adicionais de até 20 anos, o prazo de vigência do regime de que trata a Lei nº 11.508/2007; (vi) aprovar os parâmetros básicos para a avaliação técnica de projetos de empresas interessadas em se instalar nas ZPEs; (viii) propor ao Presidente da República a vedação ou a limitação da destinação para o mercado interno de produtos industrializados em ZPE, na hipótese de constatação de impacto negativo em empresas nacionais não instaladas em ZPE, provocado por empresa em ZPE, enquanto persistir esse impacto; (ix) autorizar a destinação para o mercado interno das matérias-primas, dos produtos intermediários e dos materiais de embalagem que deixarem de ser empregados, no todo ou em parte, no processo produtivo de bens, após o pagamento dos tributos suspensos e dos acréscimos legais devidos, contados desde a data da ocorrência do fato gerador, na forma do disposto no art. 6º-C da Lei nº 11.508/2007; (x) publicar o ato de cancelamento e declarar a cassação nas hipóteses de que tratam os § 4º-A e § 4º-E do art. 2º e o <i>caput</i> do art. 25 da Lei nº 11.508, de 2007; e (xi) propor metodologia de avaliação e monitoramento da política pública das ZPEs. Ficam revogados: (a) o inciso I do § 1º do art. 6º do Decreto nº 9.933/2019; e (b) o Decreto nº 10.717/2021.
Solução de Consulta RFB nº 75, de 31 de março de 2023	Assunto: IRRF

[Visualizar medida](#)

Licença de uso de software. Pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa para o exterior. Usuário final. Aquisição ou renovação. **Royalties.** Tributação.

Esclarece que os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos em a residente ou domiciliado no **exterior**, pelo usuário final, para fins de **aquisição ou renovação de licença de uso de software**, independentemente de customização ou do meio empregado na entrega, **caracterizam royalties** e estão sujeitos à incidência de IRRF, em regra, sob a alíquota de **15%**.

Na hipótese de o beneficiário ser residente ou domiciliado em **país com tributação favorecida**, a alíquota do IRRF sobre os royalties devidos pela licença de uso de software será de **25%**.

Consulta Pública INPI nº 1, de 4 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Abre Consulta Pública, o prazo de 30 dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à minuta do ato normativo que disporá sobre o **processamento de pedidos de registro recebidos** pela via do **Acordo de Haia**.

As sugestões deverão ser encaminhadas para o correio eletrônico consultapublicadi@inpi.gov.br, exclusivamente por meio de formulário próprio disponibilizado. As manifestações devem ser inseridas no campo correspondente a cada artigo da minuta e versar especificamente sobre a matéria objeto do referido artigo.

**Aviso de Prorrogação
Consulta Pública SERPRO nº
167/2023**

[Visualizar medida](#)

Prorroga, até dia 27 de abril a [Consulta Pública SERPRO nº 167/2023](#), com vistas a **contratação de circuito de dados comutado em nuvem**, com comunicação direta com o **Phone System da Microsoft**.

O edital e demais informações encontram-se disponíveis no [link](#) acima.

**Aviso de Consulta Pública nº 1/2023
TST**

[Visualizar medida](#)

Abre Consulta Pública, até 18 de abril, com vistas a avaliar o alinhamento de **aquisição de equipamento de armazenamento de dados em bloco**.

Os interessados deverão enviar as contribuições para o e-mail citec@tst.jus.br. O edital e demais informação serão disponibilizados oportunamente no [Portal](#) do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

**Instrução Normativa MINC nº 1, de
10 de abril de 2023**

[Visualizar medida](#)

*“Estabelece procedimentos relativos à **apresentação**, à **recepção**, à **seleção**, à **análise**, à **aprovação**, ao **acompanhamento**, ao **monitoramento**, à **prestação de contas** e à **avaliação de resultados dos programas, dos projetos e das ações culturais** do mecanismo de Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (**Pronac**)”.*

Explicação: estabelece, entre outros, as competências para planejamento, coordenação e supervisão da operacionalização do mecanismo de incentivos de projetos culturais do Pronac.

	Determina, ainda, os valores dos cachês repassados em forma de pagamento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD), e estabelece os diferentes <u>valores-teto para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes necessários à realização de produtos culturais de audiovisual</u>, inclusive aqueles transmidiáticos – <i>tais como desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis ou sob encomenda</i>.
Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.145 Visualizar medida	Dispõe sobre Embargo Declaratório na ADI 6145 com pedido de medida cautelar, apresentada pela Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), que questiona a constitucionalidade da taxa criada por lei do estado do Ceará que obrigou os contribuintes que apresentam impugnação ou recurso voluntário a remunerar o ente público por meio da exação. Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu, em parte, os embargos de declaração, para modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, assentando que o <i>decisum</i> de mérito proferido nesta ação direta somente produz efeitos, ressalvadas as ações ajuizadas até 02.09.2022, a partir da publicação da ata de julgamento meritório (28.09.2022), nos termos do voto da Relatora.
Ato de Pessoal	Objetivo
Decreto PR/MD de 10 de abril de 2023 Visualizar medida	Nomear: <u>Antônio Ferreira de Lima Junior</u> para o cargo de diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa (Seprod/ MD), ficando exonerado <u>Carlos Eduardo da Mota Góes</u>
Decreto PR/MD de 10 de abril de 2023 Visualizar medida	Nomear: <u>Alan Denilson Lima Costa</u> para o cargo de comandante de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa (MD).
Portaria CC/PR nº 2.262 de 10 de abril de 2023 Visualizar medida	Designar: <u>Felipe Augusto de Jesus Ribeiro</u> para o cargo de substituto eventual de secretário adjunto de Projetos Especiais da Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), CCE 1.16.
Portaria de Pessoal SGD/MGI nº 3.068, de 10 de abril de 2023 Visualizar medida	Designar: <u>Loriza Andrade Vaz de Melo</u> para exercer o encargo de substituta eventual da função de diretor(a) de Privacidade e Segurança da Informação da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), FCE 1.15.
Portaria de Pessoal SGD/MGI nº 3.069, de 10 de abril de 2023 Visualizar medida	Designar: <u>Flaviana de Oliveira Azevedo</u> para exercer o encargo de substituta eventual da função de diretor(a) de Plataformas de Serviços Públicos Digitais da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), FCE 1.15.

Portaria de Pessoal ANS nº 67, de 5 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Designar: Andrea Carlesso Lozer e Luciene Pinheiro Capra para exercício da função de **gerentes de Projeto no Plano de Transformação Digital** perante a **Secretaria de Governo Digital** do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), ficando dispensado Eduardo Calasans Rodrigues.

Portaria MTE nº 1.059, de 4 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Designar: Viviane de Jesus Forte para exercer a função de **coordenadora-geral de Fiscalização em Segurança e Saúde do Trabalhador** do **Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador** da **Secretaria de Inspeção do Trabalho** do Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE), FCE 1.13, ficando dispensado Marcelo Naegele.

Decreto PR/MD de 10 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Nomear: Hudson Costa Potiguara para exercer o cargo de **Comandante de Operações Aeroespaciais** do Ministério da Defesa (MD), ficando exonerado, *ex officio*, do cargo de Chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Portaria CARF/MF nº 581, de 10 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Dispensar: Francisco Ibiapino Luz do encargo de **substituto eventual de presidente** da **Segunda Turma Ordinária** da **Quarta Câmara** da **Segunda Seção de Julgamento** do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** do Ministério da Fazenda (CARF/MF).

Portaria CARF/MF nº 582, de 10 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Designar: Francisco Ibiapino Luz para exercer a função de **presidente** da **Segunda Turma Ordinária** da **Quarta Câmara** da **Segunda Seção de Julgamento** do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** do Ministério da Fazenda (CARF/MF), FCE 1.05.

Portaria CARF/MF nº 585, de 10 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Dispensar: Diogo Cristian Denny do encargo de **substituto eventual de presidente** da **Segunda Turma Extraordinária** da **Segunda Seção de Julgamento** do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** do Ministério da Fazenda (CARF/MF).

Portaria CARF/MF nº 587, de 10 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Designar: Diogo Cristian Denny para exercer o encargo de **substituto eventual de presidente** da **Segunda Turma Ordinária** da **Quarta Câmara** da **Segunda Seção de Julgamento** do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** do Ministério da Fazenda (CARF/MF).

Portaria CARF/MF nº 593, de 10 de abril de 2023

[Visualizar medida](#)

Dispensar: Mario Hermes Soares Campos da função de **presidente** da **Segunda Turma Ordinária** da **Segunda Câmara** da **Segunda Seção de Julgamento** do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** do Ministério da Fazenda (CARF/MF), FCE 1.05.

Portaria CARF/MF nº 596, de 10 de abril de 2023

Designar: Mario Hermes Soares Campos para exercer o encargo de **presidente** da **Terceira Câmara** da **Segunda Seção de**

[Visualizar medida](#)

Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
do Ministério da Fazenda (CARF/MF).

**Portaria CARF/MF nº 602, de 10 de
abril de 2023**

[Visualizar medida](#)

Dispensar: Fabio Martins de Oliveira do encargo de **substituto eventual de presidente da Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Terceira Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** do Ministério da Fazenda (CARF/MF).

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.